

Philippe Perrenoud e a Teoria das Competências

Se acreditamos que a formação de competências não é evidente e que depende em parte da escolaridade básica, resta decidir quais ela deveria desenvolver prioritariamente. Ninguém pretende que todo saber deve ser aprendido na escola. Uma boa parte dos saberes humanos é adquirida por outras vias. Por que seria diferente com as competências? Dizer que cabe a escola desenvolver competências não significa confiar-lhe o monopólio disso.

Philippe Perrenoud

História pessoal

Philippe Perrenoud nasceu na Suíça e formou-se em Ciências Sociais. Como sociólogo, tornou-se uma grande referência no campo da Educação com seus trabalhos desenvolvidos em torno das competências dos educandos. No Brasil, alcança vários professores com suas idéias inovadoras sobre a formação de professores e avaliação dos alunos, assuntos amplamente discutidos e matéria de constantes considerações a partir de seu enquadramento nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Philippe Perrenoud atua como professor na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação na Universidade de Genebra. É autor de vários títulos importantes na área de formação de professores, tais como: *Avaliação – da excelência à regulação das aprendizagens*; *Pedagogia Diferenciada*; *Construir as competências desde a escola*; e o famoso *Dez novas competências para ensinar*.

Seu interesse em estudar as problemáticas educacionais surgiu durante o seu doutoramento em Sociologia, quando teve a oportunidade de estudar o processo de evasão escolar e suas referências com as desigualdades sociais.

Perrenoud propõe, a partir de suas experiências na área pedagógica, um modelo educacional baseado em ciclos de três anos, no qual a criança dispõe desse período para desenvolver as competências de sua faixa etária.

De acordo com Perrenoud, para que tal modelo educacional tenha êxito, é preciso que não se permita que uma criança repita um ciclo de três anos, já que a idéia é que ela tenha mais tempo para desenvolver competências específicas. Deste modo, há a necessidade de se enfatizar os processos de avaliação, para que sejam mais eficientes e realmente capazes de identificar as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Compreendendo a noção de competência

O conceito de competência não é novo. Ele começou a ser discutido mais amplamente na área pedagógica a partir da década de 1990, destinando-se ao ensino de crianças nas séries iniciais. No entanto, o conceito de competência ganhou tamanha amplitude que acabou incorporado pelo meio empresarial e industrial, que encontrou nele um aliado para os modelos recentes de gerenciamento de pessoas, baseados nos ideais da qualidade total.

O modelo de gerenciamento/produção fundamentado na qualidade total baseia-se no aproveitamento máximo dos recursos humanos e materiais na produção. Isso significa dizer que, quando pensamos no aproveitamento máximo dos recursos humanos, estamos falando do aproveitamento das *capacidades* (termo também utilizado pelo Programa de Qualidade Total – PQT) intelectuais de um indivíduo. Para tanto, toma como referência conceitos psicológicos, como o de competência, para sugerir e mapear aquilo que um trabalhador pode trazer de contribuição na execução de uma tarefa.

Deste modo, segundo Gentile e Bencini (2000 *apud* RODRIGUES; PARIZ, 2005, p. 109), as competências são entendidas como a capacidade de “mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações”.

É claro que, dentro de um modelo empresarial ou mesmo de um modelo escolar, o que se espera de um funcionário ou aprendiz é que este consiga alcançar os objetivos propostos pelos gestores ou professores. Assim, cabe a estes profissionais promover a capacitação de seus funcionários ou alunos para o desenvolvimento das competências necessárias para a realização de suas tarefas, bem como para a resolução dos problemas cotidianos com maior eficácia (o conceito de eficiência também faz parte do grupo de conceitos psicológicos aproveitados pelos PQT).

Voltando à questão do tempo necessário para o desenvolvimento das competências por um aluno, que segundo Perrenoud deve ser aumentado (girando em torno de três anos em cada ciclo escolar), podemos aproveitar o mesmo pensamento para a área empresarial. O problema é que, ao falarmos de empresas, falamos também de lucro e ao falarmos de lucro, falamos em redução do tempo de execução das tarefas. Nesse ponto, o modelo das competências proposto por Perrenoud passa a ganhar um novo sentido no interior dos PQT.

Além disso, podemos também afirmar que a apropriação dos conceitos psicológicos feita pelos PQT, bem como seus usos, são perversos no que tange à exclusão daqueles que, de uma maneira ou de outra, não apresentaram de pronto ou não chegaram a desenvolver as competências exigidas pela empresa na execução de uma tarefa dentro do (pouco) tempo determinado.

A questão então, não é a de assumirmos uma postura de ataque ou defesa quanto à teoria das competências, mas de compreendermos seus princípios e fundamentos sabendo que corre-se o risco, assim como acontece com qualquer teoria, de ela ser mal interpretada ou utilizada para outros fins que não o sugerido pelo seu disseminador.

No que tange à Educação, o conceito de competência proposto por Perrenoud veio trazer um novo olhar sobre as práticas pedagógicas e sobre a compreensão do tempo pedagógico, alterando inclusive os modelos de seriação, tão comum nas escolas ao introduzir a noção de ciclos que, atualmente, é utilizada por várias Secretarias de Educação.

A pedagogia das competências

Partindo do princípio de que os seres humanos se desenvolvem pelas relações que estabelecem com seu meio, Perrenoud vê as competências não como um caminho, mas como um efeito adaptativo do homem às suas condições de existência. Desse modo, cada pessoa, de maneira diferente, desenvolveria competências voltadas para a resolução de problemas relativos à superação de uma situação, como, por exemplo, saber guiar-se no caminho de volta para casa a partir de um ponto de referência, o que mobiliza competências de reconhecimento ou mapeamento espacial; saber lidar com as dificuldades infantis, o que aciona competências pedagógicas; saber construir ferramentas, o que estimula competências matemáticas e lógicas, entre outras.

Diante disso, antes de nos inserirmos como educadores em atividades pedagógicas relativas ao ensino-aprendizagem, devemos reconhecer nossas próprias competências individuais, procurando mapear nossas possibilidades e limites na execução do trabalho. Se, por acaso, detectamos alguns limites, devemos, segundo nos aponta Perrenoud, agir de forma a buscar o desenvolvimento das competências que ainda não construímos. Da mesma forma, para as competências que percebemos já ter desenvolvido, necessitamos adequá-las aos usos a que se destinam, o que, por si só, já mobiliza outras competências em nós, relativas à capacidade de avaliação. Tal processo avaliativo pode ser utilizado como estratégia facilitadora ao trabalho do professor em sala de aula, bem como estratégia para impulsionar tal profissional à busca de cursos de formação continuada que auxiliem na continuidade do seu desenvolvimento enquanto educador.

No que diz respeito aos alunos, devemos saber que existem, como apontado anteriormente, competências não-escolares que desenvolvemos a partir das relações sociais que estabelecemos e as nossas condições de existência. Por isso, a escola deve levá-las em consideração, aproveitando-as de forma a auxiliar o desenvolvimento das competências escolares que ainda necessitem ser desenvolvidas pelos alunos.

Mas, como desenvolver tais competências? Para responder a essa questão, precisamos antes analisar alguns dos princípios pedagógicos da Educação pelas competências. O primeiro diz respeito à relação do educador com os conteúdos de ensino. Essa primeira análise se faz necessária para a compreensão de que o desenvolvimento das competências pessoais não prescinde o desenvolvimento das análises e compreensões em torno de um conhecimento; ou seja, para ensinarmos algo precisamos lançar mão da organização dos conteúdos a serem trabalhados, bem como favorecer, com o uso de estratégias diferenciadas, a assimilação dos conteúdos pelos alunos. Do mesmo modo, para aprendermos algo, precisamos

mobilizar nossos saberes teóricos e práticos. Resumindo: o desenvolvimento de competências específicas não se faz sem a utilização de conteúdos (saberes) que as fundamente.

Assim, segundo Perrenoud (1999, p. 2),

[...] as competências elementares evocadas não deixam de ter relação com os programas escolares e com os saberes disciplinares: elas exigem noções e conhecimentos de matemática, geografia, biologia, física, economia, psicologia; supõem um domínio da língua e das operações matemáticas básicas; apelam para uma forma de cultura geral que também se adquire na escola. Mesmo quando a escolaridade não é organizada para desenvolver tais competências, ela permite a apropriação de alguns dos conhecimentos necessários. Uma parte das competências que se desenvolvem fora da escola apela para saberes escolares básicos (a noção de mapa, de moeda, de ângulo, de juros, de jornal, de roteiro etc.) e para as habilidades fundamentais (ler, escrever, contar). Não há, portanto, contradição obrigatória entre os programas escolares e as competências mais simples.

Esse primeiro princípio, quando bem-compreendido, livra o modelo da aprendizagem a partir do desenvolvimento de competências críticas como as apontadas por Perrenoud (1999, p. 1), sobre a idéia errada de alguns educadores sobre sua teoria. Diz ele:

Tal caricatura da noção de competência permite a ironia fácil de dizer que não se vai à escola para aprender a fazer um anúncio classificado, escolher um roteiro de férias, diagnosticar uma rubéola, preencher o formulário do imposto de renda, compreender um contrato, redigir uma carta, fazer palavras cruzadas ou calcular um orçamento familiar. Ou então para obter informações por telefone, encontrar o caminho numa cidade, repintar a cozinha, consertar uma bicicleta ou descobrir como utilizar uma moeda estrangeira.

A esse tipo de crítica, Perrenoud (1999, p. 2) responde:

Digamos primeiramente que as competências requeridas na vida cotidiana não são desprezíveis, pois uma parte dos adultos, mesmo entre aqueles que seguiram uma escolaridade básica completa, permanece bem despreparada diante das tecnologias e das regras presentes na vida cotidiana. Dessa forma, sem limitar o papel da escola a aprendizagens tão triviais, pode-se perguntar: de que adianta escolarizar um indivíduo durante 10 a 15 anos de sua vida se ele continua despreparado diante de um contrato de seguro ou de uma bula farmacêutica?

Segundo Perrenoud, as competências referem-se ao domínio prático de um tipo de tarefas e de situações e, neste ponto, os educadores estão certos em questionar sua teoria, mas, por outro lado, tais domínios práticos só podem ser alcançados se junto com eles desenvolvemos também as habilidades dos alunos, o que só se pode realizar a partir da compreensão do conteúdo que explica aquele domínio. Por exemplo, se queremos desenvolver o domínio prático da Matemática nas tarefas cotidianas dos alunos, precisamos desenvolver suas habilidades numéricas. Para tanto, precisamos introduzir conceitos sobre número, quantidade, agrupamento etc., que fazem parte do conjunto de temáticas que formam os conteúdos.

E como diferenciar as habilidades das competências? Segundo Perrenoud, as *competências são traduzidas em domínios práticos das situações cotidianas que necessariamente passam compreensão da ação empreendida e do uso a que essa ação se destina. Já as habilidades são representadas pelas ações em si, ou seja, pelas ações determinadas pelas competências de forma concreta* (como escovar o cabelo, pintar, escrever, montar e desmontar, tocar instrumentos musicais etc.).

Sobre o desenvolvimento das competências, em seu livro *10 novas competências para ensinar*, Perrenoud apresenta uma lista de competências necessárias aos professores para ensinar com base na sua teoria. São elas:

1. organizar e dirigir situações de aprendizagem;
2. administrar a progressão das aprendizagens;
3. conceber e fazer evoluir dispositivos de diferenciação;
4. envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho;
5. trabalhar em equipe;
6. participar da administração escolar;
7. informar e envolver os pais;
8. utilizar novas tecnologias;
9. enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão;
10. administrar a própria formação.

Mais tarde, Perrenoud afirma a necessidade de se desenvolver uma décima primeira competência ligada ao trabalho docente, que está relacionada à ação do professor enquanto um ator coletivo no sistema de ensino e enquanto um direcionador do movimento dos educadores no sentido da profissionalização e da prática reflexiva sobre seu próprio fazer.

Diante de tais competências profissionais, devemos, também, favorecer de forma organizada o desenvolvimento das habilidades requeridas no âmbito escolar. Para tanto, devemos rever os currículos escolares de forma a permitir que os conteúdos sejam, de fato, compreendidos pelos alunos, tanto pela via intelectual, quanto pela via prática.

O currículo escolar baseado nas competências

Quando falamos de currículo, pensamos imediatamente num conjunto de matérias reunidas em torno de disciplinas a serem ministradas por professores no interior dos locais formais de educação, o que confere a tal instrumento um caráter estático, de imobilidade, dado o seu aprisionamento secular dentro deste conceito. Mas não estamos acostumados a pensar que o currículo tem vida, é móvel e aberto a alterações, mudanças, avaliações e adequações.

Geralmente, quando ouvimos os professores falando sobre os currículos escolares, ouvimo-los dizer que “da maneira que a turma está, não vai ser possível cumprir o currículo”, ou ainda que “o currículo é muito extenso, não vai dar para cumprir”. Tais falas nos levam em direção a uma outra idéia sobre os currículos, a de que eles servem para indicar a matéria a ser transmitida, passada aos alunos, como se a estrutura do currículo, por si só, garantisse a aprendizagem por parte dos alunos.

Atualmente, convivemos com várias teorias educacionais de cunho sociopsicológico que nos apontam que a aprendizagem não é um ato instantâneo,

imediatos, mas que se concretiza por ações reflexivas, concretas, que permitam a articulação dos saberes adquiridos e que estejam em relação com a realidade dos alunos. Justamente por isso, a idéia de currículo como garantia da aprendizagem deve ser rechaçada.

Muitas vezes, segundo Perrenoud, faltam aos alunos alguns conhecimentos básicos em campos específicos da Matemática, por exemplo, que foram estudados de forma descontextualizada e que quando precisam ser resgatados por ele para sua utilização na vida prática, acabam por não fazer correlação consciente entre a matéria dada e a competência exigida.

É justamente por isso que convém, de acordo com Perrenoud, incentivar o desenvolvimento das competências a partir da escola, relacionando constantemente os saberes formais e sua utilização em situações concretas. Isso nos leva a afirmar também a necessidade de revisão dos currículos escolares para que possam ir ao encontro das reais necessidades educacionais, deixando de figurar (o currículo) como aparelho de reprodução de saberes e conhecimentos, passando a atuar como instrumento de reflexão da prática pedagógica dos professores e demais profissionais da Educação, uma vez que por meio dele, ao lhe conferir mobilidade, podemos também identificar, analisar e superar as dificuldades relativas à ação docente. Tal proposta fundamenta a criação dos projetos político-pedagógicos que deveriam ser utilizados como ferramenta de análise, avaliação e superação das dificuldades cotidianas a partir das propostas filosófico-pedagógicas de cada escola, bem como dos currículos a serem desenvolvidos pelos professores em suas disciplinas.

Por outro lado, ao observar a necessidade de adequação dos currículos ao desenvolvimento de competências para a vida prática, Perrenoud avalia que o desenvolvimento de competências a partir da escola envolve uma diminuição de conteúdos a serem transmitidos, logo, envolve também a adequação dos currículos à nova proposta pedagógica. Ao afirmar tal necessidade de diminuição dos conteúdos, Perrenoud o faz na intenção de propiciar um tempo maior para que os alunos possam exercitar seus saberes.

No entanto, Perrenoud compreende que os currículos são geralmente montados com vistas a favorecer uma elite social em detrimento dos grupos menos favorecidos economicamente, mas considera que, apesar das dificuldades a serem enfrentadas pelos professores para colocar em andamento a proposta pedagógica baseada no desenvolvimento de competências, a abordagem pedagógica com base nas competências pode trazer como consequência novos caminhos de luta diante das desigualdades sociais, uma vez que crianças vindas de elites econômicas e crianças oriundas de classes menos favorecidas economicamente teriam as mesmas oportunidades de desenvolvimento de competências lógicas para a vida prática, não cabendo mais a distinção entre “pobres” e “ricos” a partir de suas capacidades intelectuais (o que, a propósito, já deveria ter sido superado há muito tempo).

A avaliação escolar sob a óptica da competência

De acordo com Perrenoud, uma vez repensado o currículo e sua função, deve-se atentar para o fato também de que tal instrumento necessitará ser

revisto de tempos em tempos, bem como deverá ser revista também a atuação dos professores e a organização pedagógica da escola, para que seus princípios educacionais não se percam ou cristalizem no tempo.

Para tanto, a escola deverá rever, prioritariamente, sua forma de administração, pensando a Educação a partir de bases democráticas e não mais a partir de bases autoritárias. Falar da escola democrática não é só pensar na relação de igualdade, ou melhor, de horizontalidade entre professores e alunos, mas pensar também a mesma relação entre os membros da comunidade escolar. É preciso, pois, desfazer-se das ameaças autoritárias e impositivas e dar lugar a práticas reflexivas no âmbito da gestão escolar.

Um outro fator importante na consideração sobre a avaliação é que, segundo Perrenoud, tal processo é sempre regulador da autonomia dos atores escolares, mas que, nem por isso, deve significar controle das ações de cada ator educacional. Ao contrário, Perrenoud afirma que as escolas devem se interrogar a todo instante sobre suas finalidades, sua metodologia, seu funcionamento, suas práticas de forma aberta, coletiva.

A finalidade última dos processos de avaliação seria a de identificar as dificuldades existentes no momento de se colocar em prática os processos pedagógicos dos alunos (referindo-se às dificuldades de aprendizagem) e os processos pedagógicos mais amplos (referindo-se às dificuldades de gestão).

Concluindo, para Perrenoud avaliar para as competências significa possibilitar a construção de espaços e tempos pedagógicos que favoreçam o desenvolvimento de domínios práticos de ação e reflexão tanto aos alunos quanto aos professores e demais atores escolares.

ATIVIDADES

Como atividade de reflexão, sugiro a construção de grupos de discussão sobre as dez competências (mais uma) encaminhadas por Perrenoud ao trabalho docente. Para tanto, será necessário que você reflita sobre as possibilidades de se colocar em prática as propostas de Perrenoud, levando-se em consideração a realidade educacional da sua região.

DICAS DE ESTUDO

Para um maior aprofundamento sobre a teoria de Philippe Perrenoud, sugerimos a leitura do livro *Construir as competências desde a escola*, editado pela ArtMed em 1999.

